Histórias de sucesso

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Esta série apresenta uma visão geral sobre parcerias público-privadas bem-sucedidas em diferentes setores de infraestrutura nas quais a IFC foi a principal consultora.

IFC Serviços de Consultoria em Parcerias Público-Privadas 2121 Pennsylvania Ave. NW Washington D.C. 20433 ifc.org/ppp



Brasil: Escolas de Belo Horizonte

Belo Horizonte, a terceira maior cidade do Brasil, fez da educação infantil uma prioridade, num esforço de melhorar a competitividade de sua força de trabalho no longo prazo e apoiar os objetivos de política do governo federal. Com apoio da IFC, a cidade buscou financiamento e perícia do setor privado para ampliar e fortalecer seu sistema de ensino infantil e fundamental. A concessão — a primeira parceria público-privada do Brasil no setor de educação — foi outorgada em julho de 2012.

O Consórcio Educar, liderado pela Odebrecht, uma das principais empresas de construção do Brasil, ganhou a concessão de 20 anos para construir escolas de ensino fundamental e pré-escolar. A empresa vai também operar serviços não pedagógicos, como manutenção e segurança. A parceria ampliará o acesso à educação infantil em Belo Horizonte, alcançando mais 18 mil crianças e criando novos empregos no setor de educação.

Os serviços de assessoria da IFC para este projeto contaram com o apoio do Programa de Fomento à Participação Privada em Infraestrutura (PFPP), parceria conjunta da IFC com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).











HISTÓRICO

O município de Belo Horizonte, capital do estado brasileiro de Minas Gerais, atribuiu alta prioridade à educação infantil em sua agenda. Era forte a demanda por educação de melhor qualidade, tendo em vista que mais de 11 mil crianças, muitas delas carentes, estavam na lista de espera para a matrícula escolar. O município adotou também uma visão de longo prazo — seria necessária uma base educacional sólida para melhorar a competitividade da força de trabalho no longo prazo, em uma região em crescimento. Fortalecer a educação é também um importante objetivo do governo federal do Brasil.

Contudo, o município enfrentava obstáculos provenientes de limitações técnicas e financeiras. Sofria com a falta de prédios escolares e contava com recursos para atender somente cerca de 35% da demanda. Além disso, também não dispunha de recursos para gerir a aquisição de serviços de construção e os serviços não pedagógicos das novas escolas. Para tratar dessas questões, Belo Horizonte decidiu explorar a possibilidade de contar com a atuação do setor privado na expansão e fortalecimento de seu sistema de educação infantil.

PAPEL DA IFC

O município nomeou a IFC como principal assessora para descobrir de que forma a participação do setor privado poderia ajudar a promover o avanço do sistema de educação infantil de Belo Horizonte e quais mecanismos poderiam ser usados para isso. Após realizar um estudo de viabilidade minucioso, a IFC recomendou que o município formasse uma parceria público-privada (PPP) para resolver o problema da falta de escolas de ensino infantil e fundamental.

Tendo em vista que nunca se havia utilizado uma PPP no sistema educacional do Brasil antes, a IFC usou exemplos de outros países para elaborar um modelo detalhado, demonstrando de que forma uma PPP bem projetada poderia ajudar o município a atingir seus objetivos. A IFC facilitou a realização de discussões que permitiram aos interessados manifestar suas preocupações.

Consultores especializados, sob a gerência da IFC, formularam soluções para os problemas financeiros, técnicos e jurídicos. Essas soluções foram integradas numa estrutura de operação, que foi disponibilizada para comentários públicos e insumos de possíveis investidores. Após aperfeiçoar a estrutura de operação, a IFC ajudou a elaborar os documentos de licitação, organizar uma audiência pública e administrar o processo de licitação.

ESTRUTURA DA TRANSAÇÃO

A IFC propôs uma concessão de 20 anos para financiar, construir, equipar e operar serviços não-pedagógicos de 32 novas unidades de ensino infantil e cinco de ensino fundamental. Em comparação com o processo tradicional de aquisição, a participação do setor privado reduzirá significativamente o tempo necessário para construção e inauguração das novas escolas. As novas unidades serão entregues em dois anos, o que constitui um recorde em matéria de tempo para

aquisição de construção por parte do governo. Depois disso, as escolas de ensino fundamental estarão em funcionamento em cerca de um ano.

Nos termos da concessão, o município deverá proporcionar locais para as instalações, cabendo ao parceiro do setor privado a responsabilidade pela construção e operação de serviços não pedagógicos tais como limpeza, vigilância, lavagem de roupas, manutenção e gestão de serviços de utilidade pública. Essa abordagem melhora a eficiência administrativa geral na gestão das dependências das escolas de ensino infantil, ao consolidar esses serviços com um único provedor. Isso também permite que os diretores das escolas se concentrem no ensino e não na gestão de múltiplos fornecedores.

O parceiro do setor privado será aferido com base em um conjunto de indicadores de desempenho e disponibilidade, os quais serão então avaliados por um verificador independente.

LICITAÇÃO

O parceiro privado foi escolhido por um processo de licitação de concorrência facilitado pela IFC. Os licitantes que atenderam as exigências técnicas mínimas foram selecionados com base no custo.

O município recebeu duas propostas qualificadas de duas construtoras brasileiras, a Andrade Gutierrez e a Odebrecht. O Consórcio Educar, formado pela Construtora Norberto Odebrecht e pela Odebrecht Participações e Investimentos (ambas subsidiárias da Odebrecht S.A.) ganhou a concessão.

O contrato da PPP foi assinado em 25 de julho de 2012.

RESULTADOS ESPERADOS APÓS A LICITAÇÃO

- Providenciada a construção e operação de serviços não pedagógicos de 37 novas escolas (32 unidades de ensino infantil e cinco de ensino fundamental), em menos tempo e a um custo menor.
- 18 mil crianças provenientes de áreas de baixa renda do município poderão frequentar o ensino infantil e fundamental.
- Mobiliza US\$80 milhões em investimentos do setor privado.
- Oferece tremendo potencial de ser reproduzida em outros estados e municípios do país, apoiando a política geral de educação do governo federal do Brasil.



07/2012



